

UMA HISTÓRIA TODA SUA

Trajetórias de historiadoras brasileiras
(1934-1990)

Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik

Editora
UFPR

UMA HISTÓRIA TODA SUA

Trajetórias de historiadoras brasileiras
(1934-1990)



Reitor

Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora

Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Leandro Franklin Gorsdorf

Diretor da Editora UFPR

Rodrigo Tadeu Gonçalves

Vice-Diretor da Editora UFPR

Hertz Wendel de Camargo

Conselho Editorial que aprovou este livro

Allan Valenza da Silveira

Alzir Felipe Buffara Antunes

Angela Couto Machado Fonseca

Claudio José Barros de Carvalho

Eleusis Ronconi de Nazareno

Emerson Joucoski

Fábio Meurer

Fabício Schwanz da Silva

José Carlos Cifuentes

Kádima Nayara Teixeira

Marcos Alexandre dos Santos Ferraz

Sibilla Batista da Luz França

UMA HISTÓRIA TODA SUA

Trajetórias de historiadoras brasileiras
(1934-1990)

Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik

Editora
UFPR

© Carmem Sílvia da Fonseca Kummer Liblik

UMA HISTÓRIA TODA SUA

Trajetórias de historiadoras brasileiras
[1934-1990]

Coordenação editorial

Rachel Cristina Pavim

Revisão

Lorena Aubrft Klenk, Milena Portella Fontoura e Daniele Soares Carneiro

Revisão final

da autora

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rachel Cristina Pavim

Capa

Veronica Gomes da Silva

Série Pesquisa, n. 361

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
BIBLIOTECA CENTRAL – COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

L695h Liblik, Carmem Sílvia da Fonseca Kummer, 1982- .
Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990) /
Carmem Sílvia da Fonseca Kummer Liblik. – Curitiba: Ed. UFPR, 2019.
319 p.; 22 cm. – (Série pesquisa, n. 361).

Referências: p. 309- 316.
ISBN 978-85-8480-176-3

1. Historiadoras - Brasil. 2. Historiografia. 3. Educação - História.
4. Ensino superior - História. I. Título. II. Série.

CDD: 907.2
CDU: 930.1(81)

Bibliotecário: Arthur Leitís Junior - CRB 9/1548

ISBN 978-85-8480-176-3

Ref. 963

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR

Rua João Negrão, 280, 2.º andar – Centro

Tel.: (41) 3360-7489

80010-200 – Curitiba – Paraná – Brasil

www.editora.ufpr.br

editora@ufpr.br

2019



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Dedico este livro a

Alexandre, com quem divido a vida e o desejo de compreendê-la,
e a Alice, responsável pelo meu olhar desabrochar e se aventurar em direção
ao novo.

Vida difícil com a memória

Sou um péssimo público para a minha memória.
Ela quer que eu ouça sua voz incessantemente,
mas eu me agito, tusso,
ouço e não ouço,
saio, volto e saio de novo.

Ela requer todo o meu tempo e atenção.
Quando durmo, é mais fácil para ela.
De dia, já nem tanto, o que a magoa.

Me propõe zelosamente velhas cartas, fotos,
revolve fatos importantes e desimportantes,
devolve a vista para paisagens ignoradas,
e povoa-as com os meus mortos.

Nos seus relatos sou sempre mais jovem.
Isso é bom, mas por que sempre essa história?
Cada espelho me dá outras notícias.

Irrita-se quando dou de ombros.
E então se vinga remexendo todos os meus erros,
graves, mas que já não pesam.
Me olha nos olhos, espera minha reação.
Por fim me consola; podia ser pior.

Quer que agora eu viva só para ela e com ela.
De preferência num quarto escuro e fechado,
mas nos meus planos ainda figuram o sol presente,
as nuvens atuais, as estradas correntes.

Às vezes fico farta de sua companhia.
Proponho nos separarmos. De hoje para sempre.
Então sorri com complacência,
sabe que também para mim seria uma condenação.

Wisława Szymborska (*Um amor feliz*, 2016)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- Primeiro contato com o tema / 11
- Delimitações geracionais / 16
- As entrevistas / 19
- História oral, memória e gênero biográfico / 22
- Mapa de navegação e bússolas teóricas / 25
- Sobre o título / 29

CAPÍTULO 1

- Gênero *na* e *da* institucionalização do ensino superior de História no Brasil / 31
 - A educação de um país nas mãos de uma elite intelectual formada por homens / 33
 - Projetos desviados: as mulheres na universidade e a universidade para as mulheres / 43
 - Professores catedráticos e a formação do estudante "de valor" / 54
 - A suposta neutralidade do campo científico: história, cânone e gênero / 70

CAPÍTULO 2

- O pioneirismo feminino na história (Parte I): Alice Canabrava e Olga Pantaleão / 79
 - Um olhar feminista no relato de si / 81
 - As bravas leões em busca de Clío / 89
 - O "gênio histórico" em oposição ao "anjo do lar": o corpo e a mente generificados da historiadora e do historiador / 101

CAPÍTULO 3

- O pioneirismo feminino na história (Parte II): Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Maria Yedda Linhares / 117
 - Infância e juventude: lugares da diferença na construção da identidade de historiadora / 119
 - Trajetórias acadêmicas e profissionais: Clío nas relações pessoais e afetivas / 127
 - Conflitos no campo: cátedra e ditadura militar / 135
 - A centralidade do trabalho e as articulações com a vida pessoal / 144

CAPÍTULO 4

- A segunda geração de historiadoras: juventude e vida acadêmica / 153
 - Origens sociais e familiares: posições de classe e gênero no início de um devir / 155
 - Ensino secundário generificado e a escolha de um curso superior: a história predestinada / 167
 - Um mundo novo I: ingresso no curso de História e sociabilidades / 174
 - Um mundo novo II: ditadura militar e Reforma Universitária / 181
 - Um mundo novo III: professores, leituras e pesquisa / 193

CAPÍTULO 5

- Caminhos da profissionalização: para além de *uma* imagem modelar / 205
 - Ingresso na carreira docente: do magistério à carreira universitária / 207
 - Experiências docentes na universidade / 219

Atuações de historiadoras nos espaços públicos e institucionais / 225

Historiadoras e historiadores: há lugar para a diferença? / 234

CAPÍTULO 6

Historiadoras no manejo da vida pública e privada: profissão, casamento e maternidade / 247

Casamento: historiadoras fora do lugar? / 249

Maternidade: historiadoras em todos os lugares? / 263

Trajetórias de historiadores brasileiros: aproximações e deslocamentos / 274

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma tese e três atos / 293

FONTES DOCUMENTAIS / 303

FONTES ORAIS / 307

REFERÊNCIAS / 309

APÊNDICE

Roteiro de entrevista semiaberta / 317

INTRODUÇÃO

Primeiro contato com o tema

Mercy Otis Warren, escritora que relatou em 1805 os acontecimentos políticos sobre a Revolução Americana, uma vez observou que os homens envolvidos com as narrativas do passado estavam mais ocupados com o “registro de si próprios do que fazer a história” (WARREN *apud* DAVIES, 2005, p. 27). Já a escritora Catharine Macaulay, grande crítica da política do Parlamento inglês no século XVIII, denunciou a corrupção do governo britânico e alegou que, ao contrário do que os homens pensavam, ela “poderia criar história de acordo com os mais elevados princípios de objetividade científica” (MACAULAY *apud* DAVIES, 2005, p. 21). Para a francesa Germaine de Staël, considerada uma romancista, era de suma importância que as mulheres comprometidas com o passado “reivindicassem para si o gênio histórico” (STAËL *apud* SMITH, 2003, p. 43). Mais recentemente, as historiadoras Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob disseram de maneira provocativa que elas estavam “[...] entre os bárbaros cuja passagem à academia foi lamentada por críticos hostis. Não apenas testemunhamos como também participamos do destronamento de ícones intelectuais antes sagrados” (APPLEBY; HUNT; JACOB, 1994). Como última referência, ao passar por uma experiência acadêmica nos Estados Unidos, a historiadora brasileira Emília Viotti da Costa comentou sua “dificuldade de enfrentar a discriminação contra a mulher, que precisava ser melhor do que o homem para ser aceita como igual, e a discriminação contra latinos” (COSTA, 2007, p. 77).

O que essas mulheres apresentam em comum, independentemente do contexto histórico no qual viveram, é o envolvimento com a História e a escrita histórica. Estamos falando do interesse, por parte delas, em elaborar narrativas sobre os acontecimentos do passado, reconstituindo vivências e eventos que lhes foram significativos. Neste ponto, destacamos como parte fundamental da análise desenvolvida neste livro que o envolvimento das mulheres com a História precisa ser relacionado a uma questão epistemológica significativamente importante, qual seja, a do pressuposto de que, na constituição do cânone historiográfico ocidental, o sujeito do conhecimento e o autor são quase sem-

pre masculinos¹. Quando imaginamos um grande historiador, instintivamente o imaginamos homem, tanto é que com certa frequência ouvimos nos cursos mais tradicionais de História a expressão “o pai da História” – tendo como representantes Heródoto e Tucídides –, sendo talvez muito excêntrico pensar na possibilidade de que a ciência histórica tenha uma “mãe”.

Mas tem, é Clio, filha de Zeus, musa da História e da criatividade, ou seja, uma maternidade mitológica, por sua vez, também invenção masculina. É nesse sentido que algumas historiadoras começaram a pensar em como se processou a relação entre as mulheres historiadoras e o cânone historiográfico, bem como o conhecimento histórico que foi institucionalizado a partir do século XIX nas universidades. O estudo pioneiro que pretendeu conduzir esse tipo de questão foi publicado em 1980 por Natalie Zemon Davis, no artigo “Gender and Genre: Women as Historical Writers, 1400-1820”. O objetivo principal da argumentação está na necessidade de tornar visível o interesse das mulheres pela História e pela escrita histórica. Antes do século XVIII muitas mulheres se interessaram em narrar e contar os eventos que elas consideravam importantes historicamente. Elas conservaram o hábito de escrever sobre o mundo que conheciam, com o auxílio de manuscritos mantidos nas coleções de seus familiares ou nas bibliotecas dos conventos, utilizando-os para relatar a história das suas comunidades, das cortes reais e das ordens religiosas (DAVIS, 1980).

Outros temas abordados por essas historiadoras/escritoras estudadas por Davis diziam respeito à cultura, à vida material e doméstica, às artes, à arquitetura, à música e à mitologia. Mas não podemos restringir seus escritos somente às “ninharias culturais” de uma época, como muitos historiadores do século XIX assim interpretaram. Muitas vezes, as histórias contadas se cruzavam com eventos públicos, aproximando-se da história política, como foi o caso de Mercy Otis Warren, que escreveu um tratado sobre a Revolução Americana. Mesmo produzindo a escrita histórica, elas não tiveram os mesmos recursos materiais necessários para produzir grandes edições que alguns historiadores tiveram.

Com o desenvolvimento da profissionalização histórica no século XIX, Davis assinala as dificuldades que as mulheres tiveram para se inserir num campo intelectual marcadamente androcêntrico. Para serem capazes de escrever a História, os historiadores precisavam ter acesso a conhecimentos específicos e privilegiados que as

1 Trata-se da ideia de que o sujeito histórico representado nos variados textos literários, filosóficos, médicos, religiosos, históricos, etc., surge concretizado nos protagonismos masculinos, individuais e/ou coletivos, alicerçando-se, por sua vez, numa concepção de homem entendido como sujeito universal. É a partir dos dados relativos ao masculino (as experiências e os pontos de vista dos homens) que se estruturam e se tornam operatórios os principais conceitos de mudança e de progresso, bem como o de evolução, não sendo tomada em consideração a realidade das mulheres e o modo como essa realidade traduz, ou não, o mesmo sentido de mudança e de progresso, bem como o modo como elas foram sujeitos de uma mesma evolução histórica (ALVAREZ, 2007).

mulheres não podiam alcançar. Ou seja, para realizar suas pesquisas era necessário ter acesso aos documentos localizados em mosteiros, bibliotecas, universidades ou arquivos públicos, lugares, na sua maioria, fechados à entrada de mulheres. Em segundo lugar, um historiador precisava ser educado nos gêneros da escrita histórica e ter conhecimento das regras para ordenar e expressar o material histórico, práticas que exigiam treino e que também eram inacessíveis às mulheres.

Davis lançou uma fascinante questão para a história das mulheres ao afirmar que era preciso tornar visíveis aquelas que se envolveram com o conhecimento histórico. Posteriormente, sua iniciativa contribuiu para uma pesquisa pioneira que merece grande destaque neste cenário: primeiro, devido, em grande parte, à sua erudição e contribuição ao campo epistemológico e historiográfico; segundo, em razão da menção sobre a instigante construção da prática profissional do historiador e da constituição de um campo epistemológico. Trata-se de *Gender of History: Men, Women and Historical Practice* (1998), da historiadora americana Bonnie G. Smith². Sua vasta pesquisa se propõe a analisar um terreno ainda pouco explorado, qual seja, a história do relacionamento das mulheres profissionais e amadoras com a narrativa histórica, bem como os valores e representações de gênero da ciência histórica. Apesar de a maior parte dos relatos historiográficos publicados terem sido escritos por homens, a escrita histórica dos últimos dois séculos foi também produzida pelas mulheres. As mulheres, consideradas amadoras, demonstraram um produtivo interesse em relação às questões do passado, pelo menos desde o final do século XVIII, ainda que boa parte delas não tenha conseguido publicar seus trabalhos³.

Além de se voltar para a relação das mulheres com a História, Smith nos provoca com uma questão muito inquietante que parte, originalmente, da discussão sobre gênero promovida inicialmente por Joan Scott (1992). Como pensar o termo “gênero” no contexto da produção historiográfica ocidental? Entende-se, nessa perspectiva, que as políticas de gênero constituem relações de poder em todas as instâncias da vida social e nos discursos produzidos pelos sujeitos e pelas instituições. Por sinal, esta é uma questão amplamente problematizada no interior dos es-

2 Traduzido no Brasil em 2003, como *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*, pela Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC).

3 A falta de reconhecimento às amadoras relaciona-se exclusivamente com o desenvolvimento do profissionalismo no século XIX. Nesse período, o foco do historiador foi direcionado para treinamentos, seminários, interação somente com documentos autênticos, imparcialidade. Ou seja, o homem historiador constituiu-se e era visto como um especialista experiente que analisava com imparcialidade e sobriedade os fatos históricos. Cientistas históricos estabeleciam polaridades entre profissionalismo e amadorismo, entre história política e ninharias culturais. Foi com o diálogo com a visão amadora mais popular – isto é, com a feminilidade, com a vida cotidiana e sua respectiva “superficialidade” – que a ciência histórica tomou forma oposta como uma questão de importância nacional, como verdade universal sem gênero e, ao mesmo tempo, como uma disciplina voltada para homens (SMITH, 2003).

tudos culturais e da teoria feminista pelo menos desde a década de 1980. A teórica feminista Rita Felski, em seu livro *The Gender of Modernity* (1995), discute a presença e o poder do gênero nas narrativas históricas e literárias. Em sua análise, há uma “saturação”, nos textos dos historiadores, de metáforas relacionadas ao masculino e ao feminino. O gênero afeta não somente os conteúdos do conhecimento histórico (o que é incluído ou deixado de fora), mas também o posicionamento inscrito em nossas interpretações e os significados que atribuímos aos processos históricos. O gênero opera como uma linguagem de hierarquia e de ordem social na constituição dos modos de vida e das relações sociais, sendo que Felski recorre às “metáforas de gênero” para compreendê-las na produção cultural da época moderna.

Com base nesse cenário, como seria possível pensar que o desenvolvimento da prática profissional do historiador esteve relacionado às definições de masculinidade e feminilidade? Em um primeiro momento, essas questões parecem estranhas ou deslocadas, pois vão contra as características do próprio profissionalismo, ou seja, da convicção, por parte do historiador, da superação de contingências de gênero, crenças religiosas, classe, raça, etnia, nacionalidade e até mesmo de sua própria subjetividade. Por defenderem um conhecimento histórico objetivo, verdadeiro, neutro e afastado de interesses e crenças pessoais, os historiadores se orgulharam por muito tempo dos preceitos científicos considerados “isentos” daquelas contingências, apontando e corrigindo qualquer manifestação pessoal que pudesse aparecer na escrita da História.

Essa epistemologia da neutralidade que tem prevalecido desde o advento da profissão histórica no século XIX – apesar de que a partir da década de 1990 a crítica hermenêutica no campo da constituição da escrita histórica desconstruiu a neutralidade do historiador – fundamenta-se na ideia hegeliana de que uma verdade mais elevada é atingida somente quando ocorre a superação da relação entre o sujeito do conhecimento e o objeto investigado. A figura do historiador torna-se individualizada e invisível. O “eu” do historiador, mesmo sofrendo a influência das conjunturas sociais e das circunstâncias, deveria desaparecer da análise dos fatos, das evidências e até dos objetos que escolhesse para pesquisar. Devia ser um investigador onisciente, sem corpo, destituído de emoções, separado das condições sócio-históricas que pudessem influenciar “negativamente” seu trabalho. O resultado dessa convicção epistemológica pode ser visto, por exemplo, quando Lucien Febvre afirma que não é sectário: “porque na história nada vejo senão história” (FEBVRE *apud* SMITH, 2003, p. 13).

É possível, portanto, compreender por que as histórias mais conhecidas dizem respeito aos feitos dos homens, em especial dos europeus. Ao privilegiar a história política, o estado-nação, os grandes homens de ação e suas guerras, a História

definiu e elegeu seu campo de estudos, que, por sinal, caracterizou-se por ser notadamente masculino. Por muito tempo – até a década de 1970 – a história cultural das mulheres; a das crianças e a dos grupos étnicos, por exemplo, foram tratadas como temas insignificantes, triviais, trazendo poucas contribuições para o entendimento da “verdadeira história dos homens”. Estranhamente, essas escolhas, relacionadas ao gênero masculino por tradição e circunstância sócio-histórica, referem-se a uma história que pretendia ser “universal, total e próxima do real”.

Fundamentado nas pesquisas pioneiras de Davis e Smith, esse tema, que esteve e ainda está relacionado diretamente aos estudos das mulheres, estudos culturais e de gênero, tem sido desenvolvido no meio acadêmico, como mostram as pesquisas publicadas por Devoney Looser em *British Women Writers and the Writing of History, 1670-1820* (2000) e Kate Davies em *Catharine Macaulay and Mercy Otis Warren: the Revolutionary Atlantic and the Politics of Gender* (2005). Ambas se dedicaram à análise de mulheres que escreveram narrativas históricas em período anterior ao profissionalismo do século XIX. Já a historiadora norte-americana Julie Des Jardins, por sua vez, em *Women and the Historical Enterprise in America: Gender, Race and the Politics of Memory* (2003) e Reginald Zelnik, em *Perils of Pankratova: Some Stories from the Annals of Soviet Historiography* (2005), empenharam-se na investigação de historiadoras consideradas profissionais que construíram suas trajetórias em universidades e instituições diversas. A metodologia escolhida por essas pesquisadoras tem em comum a abordagem biográfica, uma vez que as histórias de vida das historiadoras analisadas constituem os principais meios de compreensão do seu envolvimento com a História. Atualmente, essas autoras e autor são recorrentemente citados em razão da significativa representatividade no interior dos estudos sobre a relação das mulheres com a disciplina História e, especialmente, por defenderem o pensamento crítico acerca das perspectivas feministas do conhecimento histórico.

Trabalhos como os de Smith ampliaram nosso entendimento das condições materiais da produção da História no passado e complicaram, e muito, a identidade de “historiador”. Suas questões correspondem, em linhas gerais, àquelas oriundas do campo analítico da epistemologia e teoria da História desenvolvidas por teóricos como Dominick LaCapra, Paul Ricoeur, Jörn Rüsen, Hayden White, Terry Eagleton, Michel de Certeau, Frank Ankersmit, Keith Jenkins. A teoria feminista nos ajudou a reconhecer as dinâmicas de poder presentes na masculinização da identidade profissional do historiador e a exclusão das mulheres que também participaram da escrita da História, com pesquisas inovadoras sobre os Estados Unidos e os países europeus. As publicações aqui mencionadas são contribuições notavelmente complementares a um projeto mais amplo de questionamentos sobre o que é ser

“historiador” e o que pretendemos ao “fazer História”. Como o gênero moldou diretamente a escrita, a recepção da História e os significados dos contextos de produção histórica? São questões substanciais para aqueles que se interessam pela avaliação reflexiva e crítica a respeito do campo historiográfico e de suas genealogias.

A partir desse mapeamento historiográfico e teórico inicial, importa explicar como tomei conhecimento do livro de Bonnie Smith. Alguns anos depois de ter defendido minha dissertação de mestrado na Universidade Federal do Paraná, minha orientadora, a Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins, apresentou-me o livro *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica* para ajudar na elaboração de um projeto de pesquisa para o doutorado. A leitura desse livro motivou-me a pensar numa problemática semelhante, mas voltada para um eixo espaçotemporal diferente: elegi como objeto da minha investigação as trajetórias de trabalho e de vida da primeira e da segunda geração de historiadoras brasileiras, de 1934 a 1990.

Investigar suas trajetórias profissionais e acadêmicas significa compreender historicamente como foi o ingresso das mulheres nos cursos superiores de História, fato que ocorreu a partir da década de 1930. Suas relações com o espaço universitário, professores e colegas de turma somam-se às experiências no campo da pesquisa, da carreira docente, dos cargos institucionais e demais formas de agenciamentos políticos. Quanto à história de vida, consideramos de grande valor as experiências pessoais (origem familiar, juventude, amizades, maternidade e casamento), cujas relações intersubjetivas e afetivas estão associadas às suas vidas profissionais e muitas vezes constituem a base de suas trajetórias acadêmicas.

Por conseguinte, a investigação dessas trajetórias ampliou a discussão sobre a articulação do gênero com o campo profissional do historiador e da historiadora, exigindo assim que outras perguntas fossem respondidas. Questiono como seria possível perceber o corpo e a mente do historiador e da historiadora no interior de um processo generificado; as relações entre História, cânone e gênero; as articulações entre a vida privada, doméstica e familiar e a carreira universitária; e quais seriam as possíveis diferenças entre homens e mulheres no “fazer histórico” conforme suas próprias percepções.

Delimitações geracionais

Como ponto de partida, procurei delimitar quais seriam as gerações de historiadoras que pesquisaria. Apoiei-me, portanto, na reconstituição das linhagens historiográficas propostas por Capelato, Glezer e Ferlini (1994). Elas evidenciaram três momentos distintos na escola uspiana de história – a USP teve papel fundamental na formação de outros cursos de História, especialmente os das regiões Sul e Su-

deste. Temos os historiadores uspianos, chamados de “formadores”⁴; em seguida, os historiadores da primeira geração, orientados pelos formadores; e, por último, os historiadores da segunda geração, orientados por alguns formadores, mas principalmente pelos doutores da primeira geração (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994, p. 350). Com base nessa reconstituição, procuro estudar as trajetórias da primeira geração de historiadoras, cujo ingresso na universidade ocorreu nas décadas de 1930 e 1940. Essa foi uma geração que acompanhou a iniciação e a consolidação das pesquisas, objetos e procedimentos vinculados à História, além de ter presenciado e, em alguns casos, até assumido o posto da cátedra. Foi uma geração envolvida com as primeiras tentativas de empreender a prática histórica com o trabalho de alunos assistentes e monitores.

A segunda geração estudada, por sua vez, ingressou na universidade nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da ditadura militar e da Reforma Universitária, acompanhou o início dos cursos de pós-graduação no país e participou do processo do fim do regime de cátedras. Foi uma geração que, a partir da década de 1980, com os cursos de pós-graduação já estruturados, teve uma produção acadêmica regularmente organizada e aberta para a ampliação do quadro de profissionais nas universidades⁵. Também foi uma geração que acompanhou e vivenciou em suas experiências profissionais a intervenção mais direta e frequente das instituições de fomento à pesquisa, que passaram a adotar novos procedimentos de controle em relação à produção acadêmica a partir da década de 1990⁶.

- 4 Para a implantação do Curso de Geografia e História na década de 1930, foram contratados professores franceses, que, ao lado de renomados historiadores brasileiros, formaram e selecionaram as primeiras turmas, orientaram e examinaram as primeiras teses e prepararam docentes para serem seus sucessores.
- 5 A atuação da primeira geração de historiadoras acabou por encontrar-se sobreposta à da segunda, uma vez que ambas participaram da criação dos cursos de pós-graduação e também vivenciaram os contextos da ditadura militar e da Reforma Universitária. Essa delimitação temporal foi pensada no sentido de facilitar os recortes geracionais, com base então nos diferentes momentos que o campo da História atravessou na universidade, como a fase inicial dos cursos e sua institucionalização (décadas de 1930-1940), a criação dos cursos de pós-graduação (décadas de 1970-1980) e as mudanças propiciadas pelas regulamentações das instituições de fomento à pesquisa como CAPES e CNPq.
- 6 O conceito de “geração” que orienta esta pesquisa vem de Karl Mannheim. Para esse autor, a elaboração sobre a posição e a conexão entre os sujeitos rompe com a ideia de uma unidade de geração fixa e coesa. Esse ponto de vista nos convida a centrar nossas análises nas ações e expressões de determinados grupos, ao invés de buscarmos caracterizar suas especificidades enquanto grupo. Perguntar-se sobre os motivos das ações desses atores coletivos envolvidos em um processo de constituição de gerações implica ainda em uma análise da conjuntura histórica, política e social a partir de uma perspectiva que poderíamos analisar no nível macro, bem como do conhecimento adquirido pelos atores nos espaços sociais de experiências conjuntivas, e que poderíamos denominar como sendo uma análise no campo micro (WELLER, 2010). A atualidade da análise mannheimiana das gerações reside, por um lado, na elaboração de uma perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais. Por outro, Mannheim nos convida a repensar a construção de instrumentos analíticos capazes de mapear e dar forma à singularidade de experiências dos sujeitos, que carecem de uma análise teórica.

Conforme os registros disponíveis, escolhemos investigar as carreiras de Alice Piffer Canabrava e Olga Pantaleão, formadas na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo; e de Maria Yedda Linhares e Eulália Maria Lahmeyer Lobo, formadas na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essas historiadoras deixaram testemunhos, depoimentos e entrevistas concedidos a outros historiadores, cujo conteúdo remete às suas histórias de vida, ingresso no curso de História, sociabilidades, formação universitária, docência, pesquisa, atuações institucionais etc. Neste material ainda estão presentes a maneira como elas se percebem historiadoras, as relações de gênero entre historiadores e historiadoras, professores e alunas, as soluções encontradas para determinados conflitos no campo universitário, bem como as estratégias adotadas para se inserirem nos espaços acadêmicos da História.

Quanto à segunda geração, recorri a entrevistas orais, que realizei com historiadoras entre 2013 e 2015. Laura de Mello e Souza (USP), Leila Mezan Algranti (Unicamp), Maria Lígia Coelho Prado (USP), Magali Gouveia Engel (UFF), Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ), Ana Maria Burmester (UFPR), Joana Maria Pedro (UFSC), Ismênia de Lima Martins (UFF), Suely Gomes Costa (UFF), Maria Luiza Marcílio (USP), Maria Helena Rolim Capelato (USP), Aidyl de Carvalho Preis (UFF), Rachel Soihet (UFF), Helena Isabel Mueller (UFF, UEPG) e Maria Inês Mancini de Boni (UFPR) são as entrevistadas cujos depoimentos foram analisados para atender os objetivos do livro, ou seja, registrar a vida, o pensamento e as práticas profissionais de mulheres que se dedicaram à produção do conhecimento histórico brasileiro. Além delas, para auxiliar a análise e estabelecer um contraponto crítico e comparativo das trajetórias acadêmicas, realizei também entrevistas no ano de 2015 com os historiadores Euclides Marchi (UFPR), Sérgio Odilon Nadalin (UFPR), Edgar de Decca (Unicamp) e Elias Saliba (USP).

O método de entrevista adotado refere-se à “história de vida”, que compreende a trajetória dos historiadores e das historiadoras desde a infância até o tempo presente da sua narrativa. As questões direcionadas a eles acionaram diferentes momentos vividos como indivíduos e como integrantes de diferentes grupos, inclusive o grupo profissional. Porém, as narrativas elaboradas pelas pessoas entrevistadas não dizem respeito a “fatos” lembrados e contados, uma vez que permitem explorar a dimensão narrativa da construção de suas experiências e, no caso das mulheres, a forma como se constituíram e se perceberam historiadoras. Desse modo, a adoção desse método não significou analisar a história de vida das entrevistadas como uma narrativa do acontecido, mas como narrativas autobiográficas. Nas narrativas construídas, intencionei perceber as escolhas do que narrar, como narrar e como se constituíram subjetivamente nesse processo, falando ora no passado, ora no presente e de suas conexões.

As entrevistas

Quais foram os critérios de seleção dessas historiadoras? Por que aparecem seus nomes e não outros que também foram tão importantes para a historiografia brasileira? Em primeiro lugar, estabeleci como critério os centros universitários de longa tradição acadêmica para a formação inicial e a consolidação da historiografia brasileira, localizados então nas regiões Sul e Sudeste, em especial em São Paulo e no Rio de Janeiro. O segundo critério diz respeito à idade: as historiadoras que têm hoje mais de 60 anos tiveram aulas com os professores da primeira geração ou até mesmo com os chamados professores formadores. São aquelas que ingressaram nos cursos de História entre 1960 e 1975, nos intensos anos da contracultura, da ditadura, da reforma universitária que extinguiu o sistema de cátedras e do início dos cursos de pós-graduação.

Procurei também entrevistar historiadoras oriundas de diferentes grupos étnicos – majoritariamente, descendentes de portugueses, alemães, italianos e poloneses –, com o objetivo de constatar se essa variável cultural, sobretudo pela questão familiar, era significativa na relação delas com o espaço cultural universitário e a profissionalização do historiador. Por último e não menos importante, procurei por historiadoras que apresentavam trajetórias e experiências profissionais e de vida diferentes entre si. Ao investigar preliminarmente o currículo Lattes delas, procurei dar atenção aos múltiplos aspectos que diferenciavam suas experiências profissionais, tais como titularidade, tempo de obtenção de títulos, pesquisas realizadas em países estrangeiros, ocupação de cargos de chefia nos departamentos e em associações diversas, formação de linhas de pesquisa, orientações, obras publicadas, instituições onde trabalharam, idiomas falados e outras atuações para além do ensino e da pesquisa em História.

Não tive intenção de investigar somente aquelas que tiveram carreiras paradigmáticas e grande visibilidade na historiografia brasileira. Pelo contrário, procurei por trajetórias que pudessem abarcar a multiplicidade de incursões profissionais, práticas e atuação docente que estão atreladas às complexas decisões, dúvidas e aos desejos que vão além do ambiente profissional. Por último, é importante considerar que outras historiadoras – e historiadores – também foram selecionados para relatar suas experiências, mas não houve possibilidade de efetuar tais entrevistas por várias razões, como ausência temporária do país, problemas de saúde, agendas saturadas de compromissos – ou porque simplesmente preferiram não compartilhar suas histórias de vida. É interessante acrescentar que a dificuldade de realizar entrevistas com os historiadores foi inegavelmente maior se comparada com as tentativas feitas com as historiadoras. Foi possível realizar apenas quatro entrevistas com historiadores, lembrando que cerca de vinte *e-mails* foram enviados a outros, não obtendo

resposta. As hipóteses para esta marcante recusa podem se basear em pelo menos três motivos: (1) evitar falar de assuntos que não estejam ligados diretamente às suas pesquisas e produções bibliográficas; (2) pouca importância que supostamente dão aos temas relacionados ao gênero e à contribuição das mulheres na História – afinal, este é um assunto supostamente da “história das mulheres”; (3) pouco interesse ou desconforto de “falar de si” em uma entrevista oral.

O contato inicial com as entrevistadas, quando foram apresentados o tema e os objetivos da pesquisa, deu-se por *e-mail*. Com as historiadoras que responderam afirmativamente, colocando-se à disposição para me receber, foi agendado um encontro para que a entrevista se realizasse. Outros contatos desenvolveram-se a partir de indicações de possíveis interlocutoras feitas pelas próprias historiadoras. Diversas vezes fui ao Rio de Janeiro e a São Paulo a fim de me encontrar com as entrevistadas, predominantemente em suas residências, local que elas mesmas escolheram. Um roteiro predefinido de perguntas sobre histórias de vida foi organizado em eixos temáticos, o qual guiou as entrevistas, embora muitas questões tenham sido acrescentadas ou subtraídas conforme o desenvolvimento dos relatos⁷. Coube à pessoa entrevistada a escolha dos pontos explicativos e constitutivos de sua trajetória pessoal. Após as transcrições, cada historiadora recebeu a entrevista para confirmação e validação das informações. É importante salientar que o roteiro de perguntas contém temas relativos à vida pessoal e por isso foi tomada a decisão, de comum acordo, de não evidenciar seus nomes no livro. Nos relatos aparecem, por exemplo, considerações sobre o casamento como um espaço de conflito ou negociação, bem como avaliações do impacto que a vida profissional na universidade teve nas formas de conduzir a maternidade ou os laços sociais com familiares. Além disso, conflitos e tensões que marcaram suas trajetórias profissionais também foram narrados com muita frequência. Para não perder o material fornecido, utilizo em substituição aos seus nomes, como pseudônimos, as alcunhas de musas gregas e outras divindades mitológicas. São elas: Calíope, Ceres, Cibele, Clio, Concórdia, Belona, Erato, Euterpe, Juno, Melpômene, Polímnia, Tália, Terpsícore e Urânia. Em relação aos homens, seus pseudônimos são: Ícaro, Jasão, Eneias e Hector⁸.

Ao refletir sobre como tratar as interferências, em geral não previstas, durante uma entrevista, Alessandro Portelli destacou:

Transformamos em vantagens os obstáculos... Sempre que algo interfere. Considero maravilhosas as interferências. Sempre que algo se interpõe e muda a situação, muda o que fazemos, ou o que as pessoas

7 O roteiro encontra-se no apêndice.

8 Além disso, os nomes das universidades, instituições, programas de pós-graduação, de algumas pessoas e de tudo aquilo que pudesse ser associado às entrevistadas foram omitidos dos trechos aqui citados.

dizem, não há problema, pois se trata de algo importante na cultura e, portanto, de algo que descobrimos. (PORTELLI, 1997, p. 45)

Recorro a Portelli por uma razão especial e um tanto inusitada. A maior parte das entrevistas, com exceção de três, foram realizadas quando eu estava grávida ou já lactante. Em geral, o início do diálogo com minhas interlocutoras teve como assunto minha gravidez, já que ela estava em evidência, ou, depois que minha filha nasceu (em 2014), a necessidade de amamentá-la. Nesse caso, como eu precisava me deslocar de Curitiba para São Paulo ou para o Rio de Janeiro, era comum perguntarem: “Quanto tempo ficará aqui? Entrevistará mais alguém nesses dias?” Respondia que não, pois precisaria retornar à minha cidade ainda naquele dia por conta de minha filha. Creio que essa situação interferiu positivamente para que as historiadoras que são mães compartilhassem suas experiências maternas e familiares comigo de maneira mais descontraída, articulando-as com a carreira. Essa situação, portanto, colaborou para resolver o que eu julgava ser uma das maiores dificuldades que poderia encontrar nas entrevistas: elas se sentiriam à vontade para compartilhar histórias de suas vidas privadas?

No entanto, se essa situação contribuiu para que elas relatassem suas experiências como mães e esposas, ela também dificultou minha análise. Em um primeiro momento, me identifiquei com suas falas, histórias, sentimentos e até mesmo com o cotidiano que narraram. As primeiras análises foram influenciadas por um certo entusiasmo de uma jovem mãe historiadora que, conforme sua orientadora, “não só entrevistou, mas deu as mãos às suas depoentes”, formando uma cumplicidade materno-historiadora. Precisei me distanciar desses relatos, o que implicava distanciar-me momentaneamente da minha condição de mãe para analisar como o discurso acerca da conciliação entre filhos e carreira foi constituído, bem como as representações sobre o “ser mãe”.

É impossível não fazer referência às dificuldades enfrentadas no momento das transcrições e a uma preocupação com as informações que foram compartilhadas comigo. Foi necessário ter atenção quanto à apresentação e interpretação das informações oferecidas por essas mulheres conhecidas pelo público acadêmico, com as quais tentei estabelecer uma relação sincera e aberta durante as entrevistas. Preocupações das mais diversas perpassaram a produção da transcrição e de um texto final como este. Afinal, elas poderiam lê-lo e emitir pareceres. Uma vez que suas intimidades seriam lançadas ao espaço público, dúvidas e tensões apareceriam nos momentos em que um tema particularmente polêmico fosse abordado. Esses conflitos só puderam ser resolvidos por meio de um trabalho colaborativo, de forma que a leitura que elas fizeram das transcrições definiu os rumos do tratamento de cada questão. A respeito disso, quero notificar que o processo das entrevistas foi

facilitado pelo fato de ser uma historiadora entrevistando outra historiadora. A similitude de gênero e de formação intelectual nos aproximou e possibilitou momentos de compartilhamento de forma que a grande maioria das entrevistas se desenrolou mais como uma longa conversa do que como um questionário burocrático. Contudo, é justo também destacar que essa proximidade tem dois lados. Trata-se de pessoas falando para um público de historiadores que as conhecem, e isso também pode criar expectativas e preocupações em ambos os lados. Dizer que todas essas arestas foram aparadas soaria falso. O que posso dizer é que tentamos ao máximo construir esse difícil lugar entre a confiança, a proximidade e a distância necessária. Tanto a entrevista quanto a transcrição decorrente, bem como a análise histórica por meio da história oral, fazem parte de um processo de aprendizado inestimável (LIBLIK, 2015).

História oral, memória e gênero biográfico

A análise dos memoriais, de entrevistas publicadas em periódicos e dos currículos Lattes das historiadoras, junto com a avaliação de suas obras e contribuição para a historiografia, não seria o suficiente para abordar suas trajetórias profissionais? A resposta é: decisivamente não, uma vez que só foi possível saber e compreender as decisões tomadas, os desafios enfrentados, as soluções propostas para os problemas que surgiram por meio dos relatos orais que foram compartilhados ao longo de três anos. Incluem-se nesse contexto as próprias questões pessoais, familiares e afetivas que estão atreladas às suas trajetórias acadêmicas e muitas vezes constituem a sua base. A profissionalização no espaço universitário, o amadurecimento intelectual e a história pessoal são linhas que correm lado a lado, ora cruzando-se, ora afastando-se. As entrevistadas dão exemplos disso quando associam cada episódio profissional com alguma marca da vida pessoal: o casamento, os filhos, a maternidade. Enfim, a família de modo geral é um elo inseparável e elemento constitutivo de cada etapa superada na vida universitária; eis uma memória associativa que serve como referência e ponto de apoio para os acontecimentos vividos na universidade.

Na década de 1960, quando foram dados os primeiros passos na história oral, construíram-se dois princípios que a avalizaram. O primeiro foi a equiparação da história oral com a democratização da prática histórica; o segundo foi a ideia de que a história oral daria voz aos silenciados, às classes subalternas, aos pobres, às mulheres, aos camponeses, às minorias étnicas, entre outros grupos, permitindo o acesso à sua experiência histórica subjetiva (JOUTARD, 1996; LE GOFF, 1996; THOMPSON, 1992; PORTELLI, 2010). No entanto, as minhas entrevistadas não pertencem exclusivamente aos grupos minoritários que historicamente tiveram suas vozes silenciadas; pelo

contrário, elas se situam em um grupo intelectual marcado por distinções sociais⁹. Mas, por outro lado, a história oral pode ajudar a pensar sobre temas particulares que estão relacionados às trajetórias de vida e de trabalho de intelectuais que não aparecem em documentos oficiais ou de outra natureza. Tome-se como exemplo os estudos literários: ao analisar as obras de escritores, também há uma preocupação com a trajetória biográfica e as experiências pessoais, a fim de explicar em que medida as suas vidas influenciam a composição de suas obras. Abordar as histórias de vida por meio da história oral pode ser muito profícuo nesse tipo de pesquisa, uma vez que pouca atenção se dá aos possíveis nexos entre as experiências de vida do historiador e da historiadora e a sua obra, e muito menos ao seu percurso no espaço universitário. De modo geral, quando se trata de um historiador ou historiadora, vai-se direto à obra avaliada e às transformações causadas no campo historiográfico (NOVAIS; SILVA, 2011, p. 14).

O eixo mobilizador específico da história oral escolhido para o tratamento das entrevistas e depoimentos das duas gerações refere-se ao campo da memória, compreendendo um processo que contém inúmeras possibilidades narrativas. De um modo geral, a rememoração e a verbalização do passado constituem-se como um processo amplo e seletivo por parte do depoente no presente. No caso das entrevistas realizadas, isso ficou evidente da seguinte forma: se muitas historiadoras não se inibiram em falar da vida pessoal (casamento, filhos, amigos e família), outras preferiram silenciar sobre tais assuntos ou não associá-los com episódios da vida acadêmica. Em relação à disposição dos fatos numa certa ordem cronológica, a situação é semelhante, ou seja, algumas não tiveram dificuldades em associar eventos importantes com seus respectivos tempo e contexto, ao passo que outras, no decorrer da revisão da entrevista, corrigiram determinadas falhas e lapsos temporais e contextuais. A seletividade manifestou-se também em eventos profissionais que foram mais importantes que outros, como as experiências acadêmicas em países estrangeiros, a publicação de livros, os cargos de chefia assumidos e a criação de grupos de pesquisa. Isto é, todas as atividades intelectuais que conferem notoriedade à trajetória acadêmica das professoras universitárias foram selecionadas e narradas com facilidade e desenvoltura (e isso se observa também na primeira geração). No entanto, em relação às dificuldades que enfrentaram na vida profissional, tanto o relato aberto quanto o silêncio estiveram nos depoimentos.

A maioria das historiadoras encontra-se na faixa etária dos 70 anos e estão aposentadas. Apesar disso, muitas mantêm vínculo com as atividades acadêmi-

9 Lidar com as narrativas de historiadoras é lidar com sistemas constitutivos de distinção, caracterizados tanto pelo campo de trabalho (pesquisa científica e docência) quanto pelo lugar da universidade pública.

cas, pois lecionam nos cursos de graduação e pós-graduação, orientam trabalhos e participam de bancas de defesa de mestrado e doutorado. Algumas delas foram homenageadas por suas trajetórias no campo profissional e intelectual, tendo reconhecimento por parte da comunidade de historiadores. Além disso, outras chegaram a escrever seus próprios memoriais para concursos de professora titular nas instituições onde fizeram carreira. Nesse sentido, o atual e persistente vínculo com a universidade, os colegas de profissão e o campo intelectual, somado ao fato de terem consciência de suas trajetórias, explica por que os relatos dessas historiadoras não apresentaram impasses com a memória ou confusões em relação às experiências selecionadas e narradas.

As noções de “quadros sociais da memória”, de Maurice Halbwachs, “memória geracional”, de Joël Candau, e “memória e identidade social”, de Michael Pollak, foram categorias mobilizadoras para se pensar as narrativas produzidas pelas entrevistadas. Suas memórias estão articuladas ao seu grupo de relacionamento, à família e às instituições: são grupos, portanto, de referência. É possível verificar uma história social bem desenvolvida, pois elas atravessaram um determinado campo, ou melhor, *ethos* profissional, com características bem marcadas e conhecidas. Tanto os quadros de referência ligados à academia quanto à cultura e à sociedade são igualmente reconhecíveis e distinguíveis. Percebe-se também nas entrevistas a menção às características da geração de historiadores da qual elas se sentem herdeiras.

A memória é pensada como um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto coletiva quanto individual, visto que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si. Essa construção, porém, não está isenta de mudanças, de negociação e de transformação em função dos outros. Se notamos que os depoentes buscam desenvolver uma lógica linear e racional em seus relatos, é verdade também que essa lógica é logo “perturbada” pelas suas próprias reflexões e pelos intrincados caminhos da memória. Nisso, a memória se articula com os elementos da biografia. Dito de outro modo: memória e biografia são conceitos essenciais quando nos propomos a refletir sobre história de vida e narrativas reflexivas do eu, pois elas são um caminho de recuperação, esquecimento e recriação de identidades e temporalidades imbricadas na tessitura das narrativas (KOFFES, 2001).

Para Pierre Bourdieu, falar de história de vida e de biografia significa pressupor que a vida é um todo compreensível, um caminho linear e unidirecional formado por um conjunto de acontecimentos necessariamente encadeados e dependentes uns dos outros. O efeito dessa narrativa é ilusório, uma vez que o *self* torna-se como uma entidade em que o presente é a soma total do passado e o passado, uma previsão exata do futuro. O sujeito torna-se um “ideólogo de sua própria vida”, diz Bour-

dieu (1996), articulando elementos em uma fala não cronológica e linear, mas que segue uma lógica de inteligibilidade, de maneira a criar uma coerência com um objetivo não só identitário, mas também discursivo. A “ilusão biográfica”, como aponta Bourdieu, é necessária para a construção de coerência do eu, mesmo que esta seja apenas ilusória e sempre incompleta. A fala (e também a escrita) autobiográfica, para além de realizar objetivos, aponta para brechas, falhas, hiatos; ela problematiza a identidade mais do que a dá por garantida (BENSTOCK, 1999). É dessa maneira, por meio da memória e do gênero biográfico, que pretendemos reconhecer as características específicas das fontes analisadas.

Mapa de navegação e bússolas teóricas

Este livro articula o conceito “gênero” no contexto da institucionalização dos cursos de História no Brasil a partir da década de 1930, na constituição da profissão de historiadora e historiador e nas relações desses agentes no campo universitário. A noção de gênero, em sua dimensão identitária, pretende aliar-se também às reflexões sobre as diferenças entre masculino e feminino nas origens familiares, na educação, nas maneiras como historiadores e historiadoras escolheram o curso de História, nas sociabilidades constituídas no espaço universitário, na articulação entre a vida privada e profissional e na percepção sobre a diferença do “fazer histórico” entre mulheres e homens.

Assim como Bonnie Smith fez em *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica* ao informar logo na introdução, em nota de rodapé, que sua discussão sobre gênero era baseada do princípio ao fim em Joan Scott (1990), também nos baseamos nas definições dessa autora quando nos referimos a esse conceito. O gênero é utilizado como elemento empírico e teórico, já que, além de ser uma categoria útil para análise histórica, também é uma forma de compreender a história por meio das estruturas de poder ordenadoras e hierarquizadoras. É uma forma privilegiada de fundamentar as relações de poder, já que a diferença sexual é a principal forma de significar a diferenciação social. Para Scott,

O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. [...] O gênero foi utilizado literalmente ou analogicamente pela teoria política para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governados. (SCOTT, 1990, p. 89)

Além do gênero, outro conceito que guiou nossas análises foi a noção de “campo intelectual”, de Pierre Bourdieu (2008, 2013). Recorreremos inicialmente a dois conceitos-chave de sua obra, quais sejam, as noções de “campo” e de “*habitus*”. Em linhas gerais, a noção de campo é constituída por um conjunto de “microcosmos sociais ou individuais” – não substituindo a noção de sociedade –, os quais são dotados de autonomia relativa, lógica, possibilidades próprias, interesses específicos de seus agentes e disputas que podem estar relacionadas a outros campos também. Esta noção de “campo”, portanto, será pensada para a análise do campo universitário, *locus* no qual as historiadoras se situavam.

Nessa direção, no texto *Homo Academicus* (2013) Bourdieu descreve o mundo universitário francês como um espaço “não neutro”, compreendendo, paralelamente, a morfologia das faculdades, a constituição de suas disciplinas e seus conflitos de poder. Ao desenvolver a análise do *campo* das faculdades e do *campo* das disciplinas, Bourdieu assinala que esses espaços constituem espaços de lutas entre os diferentes agentes, no caso professores e disciplinas, os quais ocupam diversas posições na estrutura hierárquica de poder. Seriam também campos que possuem suas próprias regras de jogo e desafios específicos, e embora prevaleçam as lutas de uns contra outros em relação à apropriação de um capital simbólico específico, os agentes têm, pelo menos, o interesse de que o campo exista, mantendo uma cumplicidade objetiva para além dos interesses próprios e das diferenças¹⁰.

Por conseguinte, a escolha de trabalhar com o *campo universitário* constitui um ponto de partida do qual é possível compreender visões, trabalhos e posições das historiadoras na hierarquia de poder. Estas, por sua vez, são providas de meios culturais e sociais distintivos, portadoras de um *habitus* socialmente constituído. Em relação a este conceito, na impossibilidade de avançar o trabalho de interpretação sem antes garantir um mapeamento do conjunto de instâncias e de lugares sociais, Bourdieu atende à necessidade de relacionar os agentes com suas experiências para poder compor um retrato conciso dos elementos que constituem as “regras do campo”. Ou seja, a validade e abrangência requeridas pelo conceito *campo universitário* apenas mantêm seu sentido pleno de esclarecimento ao se revelarem numa história social, fundamentada pela experiência¹¹. Seria o caso de situar a experiência e o po-

10 Sabemos da existência das diferenças entre os campos acadêmicos das universidades francesas, os quais se encontravam amplamente consolidados no século XX, e das universidades brasileiras, cujos cursos, em sua grande maioria, foram criados a partir da década de 1930. Contudo, ao meu ver, essa diferença não impede que possamos utilizar os conceitos bourdieusianos, uma vez que a problematização das ideias de neutralidade, das relações de poder, dos capitais simbólicos adquiridos por professores e alunos, das disputas internas e da estrutura hierárquica são elementos constitutivos dos espaços universitários.

11 Como afirma Afrânio Catani, entende-se, assim, que o *campo universitário* é um *locus* de relações que envolvem agentes que têm a delegação para gerir e produzir práticas universitárias, isto é, uma modalidade de produção consagrada e legitimada. É um espaço social institucionalizado, delimita-

sicionamento das professoras no contexto dos lugares de origem, lutas, resistências, ressignificações ou permanências.

A partir de depoimentos e entrevistas concedidas por Alice Canabrava, Olga Pantaleão, Eduardo D'Oliveira França, Moacyr Campos, Maria Yedda Linhares, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Aziz Ab'Sáber, Maria Conceição Vicente de Carvalho, Vicente Tapajós, Eulália Lobo e Eremildo Vianna – historiadores “formadores” e da primeira geração –, analisei no primeiro capítulo questões que acredito ter respondido: como a História pode ser compreendida a partir das relações de gênero constituídas no interior do campo intelectual que foi institucionalizado nas universidades brasileiras a partir da década de 1930? E, em segundo lugar, de que maneira o próprio campo possui um gênero?

A análise presente no capítulo inicial tentará responder às articulações entre a criação dos cursos de História em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná com o objetivo político e educacional de formar uma elite intelectual responsável por discutir os problemas da nação e formar um contingente de professores que pudessem atender as demandas da expansão do ensino secundário. Nesse contexto, salta à nossa vista a divisão do trabalho intelectual que é marcado pela cultura de gênero¹². Na sequência discutimos o contexto sociocultural brasileiro que permitiu às mulheres maior acesso à escolarização e, por conseguinte, os fatos políticos que possibilitaram seu ingresso no ensino superior. Abre-se também, neste primeiro capítulo, uma discussão sobre o relacionamento daquelas mulheres com colegas e professores universitários, especialmente os catedráticos. Analisamos o quadro docente que formou os cursos de História da USP e da atual UFRJ, considerando os atributos intelectuais reconhecidos e o capital simbólico dos mestres considerados “historiadores extraordinários”, conforme o ponto de vista dos alunos. Simultaneamente, apontamos quais registros diferenciavam o estudante “de valor” do estudante “mediocre” – registros estes atravessados por gênero e posição social. Finalmente, nos debruçamos sobre a seguinte questão: por que o cânone brasileiro na História é masculino?

No segundo capítulo, analisamos as carreiras profissionais de Alice Canabrava e Olga Pantaleão – pioneiras da primeira geração de historiadoras que se formaram e construíram suas carreiras em São Paulo. Não pretendemos descrever em

do, com objetivos e finalidades específicas, onde se instala uma verdadeira luta para classificar o que pertence ou não a esse mundo onde são produzidos distintos modos de poder. Ao mesmo tempo, é preciso considerar também a existência das diferentes naturezas de capital simbólico, de modo que as disposições acadêmicas geradas materializam-se nas tomadas de posições, isto é, no sistema estruturado das práticas e das expressões dos agentes (CATANI, 2011, p. 189-202).

12. Trata-se de considerar todo um sistema simbólico relacionado às representações e identidades de gênero de uma determinada sociedade. Tais representações e identidades dizem respeito ao mais amplo espectro de papéis, códigos morais, símbolos e comportamentos, ditando as qualidades legitimadoras ou subversivas de cada gênero.

detalhes suas trajetórias profissionais, justamente porque selecionamos aqueles acontecimentos ou momentos que estão, de um modo ou de outro, articulados com as questões de gênero ou que foram importantes para elas. Parte-se do contexto de produção de seus testemunhos, os quais tinham a intenção de problematizar suas trajetórias acadêmicas sob o ponto de vista das relações de gênero, e, em sequência, investigam-se suas experiências profissionais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a partir da década de 1940. Indagamos, por último, a existência do “gênio histórico” na constituição do ofício da historiadora e do historiador, tendo em vista que o corpo e a mente do historiador são registros generificados. Nesse sentido, busco compreender de que forma o gênero e outros atributos atravessam as representações do que significa o imaginário de um sujeito considerado “notável historiador”.

O terceiro capítulo é, de certo modo, continuação do segundo, pois ainda se refere ao pioneirismo feminino na História. Trata-se de duas historiadoras do Rio de Janeiro: Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Maria Yedda Linhares. Analisarei as experiências que elas tiveram na infância e juventude, as trajetórias acadêmicas e profissionais e os principais desafios que vivenciaram no campo universitário, a saber: a conquista da cátedra e a ditadura militar. Os testemunhos deixados por essas duas mulheres equivalem a uma narrativa de si, em que os acontecimentos são relatados de maneira autobiográfica. Tratá-los apenas como acontecimentos ou percepções de suas próprias trajetórias abriria lacunas se não nos atentássemos para suas possíveis articulações com o campo acadêmico e profissional da História que estava em formação. Foi nele que muitos dos acontecimentos profissionais se desenrolaram, sendo marcado por disputas, sociabilidades e atividades historiográficas distinguíveis. Na última seção dedico uma análise à importância do trabalho na vida dessas mulheres, que nasceram no início do século XX, bem como das suas articulações com a vida pessoal.

A partir do quarto capítulo, o foco do livro é direcionado à análise dos depoimentos da segunda geração de historiadoras brasileiras. Proponho-me a analisar, nesse capítulo, as seguintes questões: as experiências na infância e juventude orientadas pela educação de gênero, o processo que levou as historiadoras a escolher o curso de História entre as décadas de 1960 e 1970, os anos de graduação e pós-graduação, os significados da pesquisa, as sociabilidades constituídas, o acompanhamento da Reforma Universitária e as diferentes formas de participação durante a ditadura militar. Ao narrarem suas experiências como alunas, as historiadoras entrevistadas articulam situações vividas, sob o viés de gênero e classe, com o processo que as conduziria para o ofício de historiadora.

O quinto capítulo trata do início da profissionalização como docentes – seja no ensino secundário, seja no universitário – e, por fim, a maneira como elas avaliam

e atribuem significado ao principal ofício que subsidiou suas carreiras: o de historiadora. Recorremos às noções de “ofício do historiador”, sugerida por Michel de Certeau (2011), e de “identidade do historiador”, defendida por Francisco Falcon (1996), para refletir sobre até que ponto as experiências profissionais das historiadoras se aproximam e se afastam desses modelos preconcebidos. Registros como classe e gênero atravessam suas histórias, de modo que nos servimos deles para analisar suas trajetórias. Por fim, com base nos depoimentos de historiadoras e historiadores, temos a intenção de entender como cada um compreende a inserção das mulheres no campo historiográfico. Isto é, em que medida, para eles e elas, as mulheres estabeleceram diferenças no campo historiográfico brasileiro.

O sexto capítulo tem a preocupação de analisar um aspecto que é pouco conhecido e debatido em pesquisas relacionadas ao campo de atuação dos historiadores e das historiadoras: de que forma as experiências da vida privada impactaram suas ações no espaço público? Como foi, para as historiadoras entrevistadas, conduzir a carreira com a maternidade, o casamento e a família? Iremos também estabelecer uma análise comparativa entre as trajetórias acadêmicas femininas e masculinas, de modo que é nesse capítulo que abordaremos as histórias de vida dos historiadores entrevistados.

Sobre o título

Abriremos um espaço nesta introdução para mencionar uma reflexão que nos inspirou para a elaboração do título do livro e foi enunciada pela escritora Virginia Woolf, que, no ensaio *Um teto todo seu* (2015), discute as possíveis causas da omissão de escritoras no cânone literário. A autora lança a hipótese de que essa omissão e a dificuldade das mulheres em produzir a escrita literária seriam resultados da falta de condições materiais que garantissem a elas um mínimo de bem-estar, autonomia e privacidade. Ao longo do ensaio, Woolf afirma que a maior de todas as conquistas feministas seria a liberdade de pensar, classificar, selecionar, emitir opinião e ter autonomia. Assim, a mulher só adquiriria a independência necessária a partir do momento que conquistasse a autonomia financeira e possuísse um teto todo seu, ou seja, um espaço privativo e autônomo para sua escrita. Nessa mesma direção, pensamos que “uma história toda sua” assinala a intenção de problematizar a relação e o envolvimento das mulheres historiadoras brasileiras com a História, com a escrita histórica e com a profissionalização nas universidades e nos espaços acadêmicos.